

## A RELAÇÃO ENTRE FORMA E SENTIDO ATRAVÉS DAS NOÇÕES DE SINTAGMATIZAÇÃO E SEMANTIZAÇÃO

### THE RELATION BETWEEN FORM AND MEANING THROUGH THE CONCEPTS OF SINTAGMATIZAÇÃO AND SEMANTIZATION

**Diego Vilanova Titello<sup>1</sup>**

diego.titello@yahoo.com.br

**Vera Helena Dentee de Mello<sup>2</sup>**

verahdm@unisinis.br

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar os resultados obtidos no estudo por mim empreendido durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, datado de 2011. Nele, tive por objetivo realizar uma análise semântico-enunciativa de redações de vestibular, que, portanto, conjugasse forma e sentido, na tentativa de compreender, através do exame minucioso de marcas linguísticas de subjetividade presentes nos textos, como ocorre o processo de co-construção de sentidos nesse gênero discursivo. Para tanto, o estudo teve como principal arcabouço teórico a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que nos mostra a relação de fato indissociável entre homem e linguagem, já que “é um homem que encontramos falando no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (2005a, p. 285).

**Palavras-chave:** Forma e sentido. Subjetividade. Teoria da Enunciação.

**Abstract:** This paper aims to present the results obtained in the study undertaken by me during my Final Project, in 2011. In my project, I intended to conduct a semantic-enunciative analysis of college entrance writing exams, which therefore conjugates form and meaning, in an attempt to understand, through the detailed examination of linguistic marks of subjectivity present in the texts, how the process of co-construction of meaning occurs in this discourse genre. For this purpose, the study had as main theoretical The Theory of Enunciation of Émile Benveniste, who shows us the indissociable relationship between man and language, as “it is a man who we find talking in the world, a man talking to another man, and the language teaches the very definition of man” (2005a, p. 285).

**Key words:** Form and meaning. Subjectivity. Theory of Enunciation.

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq "Enunciação em Perspectiva", realizando estudos em Teorias da Enunciação, com foco na relação entre a gramática (sintagmatização) e o discurso.

## 1 Introdução

Em primeiro lugar, vale a pena comentar aqui sobre a natureza deste texto: trata-se de um texto que faz remissão direta a outro, também de minha autoria: meu Trabalho de Conclusão de Curso. Voltar o olhar sobre aquele texto, escrito há quase dois anos, sem dúvida, é um exercício de leitura interessante e extremamente crítico. Ora, por que crítico? Explico: minhas condições de leitura mudaram, uma vez que o modo como lia e compreendia a teoria esboçada por Benveniste naquela época não é igual ao modo como leio e compreendo hoje. Os questionamentos e indagações que faço atualmente são *diferentes* das indagações de dois anos atrás. Trata-se agora de uma nova leitura, de uma nova enunciação, ainda que guarde obviamente profundas relações com a anterior. Em suma: a leitura sempre será irrepetível, uma vez que em uma perspectiva benvenistiana a tomamos como um processo complexo altamente subjetivo, visto que cada leitor imprime sua singularidade/subjetividade nesse ato.

Feito esse necessário esclarecimento sobre as minhas atuais condições de leitura, cesso aqui de falar de leitura e passo a tratar do real objeto de estudo de meu TCC: o texto escrito sob o viés enunciativo benvenistiano.

Muito já se falou e se ouviu sobre texto. De fato, há um número expressivo de autores que se dedicam ao estudo desse objeto: Patrick Charaudeau, Jean-Paul Bronckart, Ingedore V. Koch, entre tantos outros. Não rechaçamos essas vozes que tanto acrescentaram aos estudos textuais e discursivos, entretanto para o referido trabalho objetivamos pensar o objeto texto por um caminho diferente, pensando-o como produto de uma enunciação. Logo, nessa perspectiva, o texto não é mais examinado a partir de sua regularidade, mas justamente o contrário: vendo a irregularidade/subversão como constitutiva de todo e qualquer texto, ocasionada pela intervenção do locutor que emerge como sujeito no instante em que a língua se converte em discurso via enunciação. Isso equivale a afirmar que um texto é de todo irregular e subversivo? Certamente que não, uma vez que, como coloca Mello (2012, p. 14-15), “ao lado da possível instabilidade linguística acarretada pela intervenção do sujeito quando a língua é submetida à enunciação, há certas regularidades que permitem enquadrar os textos em determinado gênero textual”. Dessa forma, é importante deixar claro que não se ignora que um texto é feito também de regularidades, porém elas não foram contempladas no Trabalho de Conclusão, que tinha como foco investigar de que forma a operação de

sintagmatização (arranjo linguístico)<sup>3</sup> empreendida pelo locutor estava a serviço da promoção de sentidos únicos. Dito de outro modo: a intenção era examinar de que forma se configurava a relação entre forma e sentido nos meandros do texto, procurando flagrar a representação do sujeito naquela cena enunciativa.

Ao me aprofundar nessa Teoria da Enunciação, julguei, na época do trabalho, que seria de grande valia empreender um estudo teórico-prático levando em consideração o texto sob a ótica da Enunciação, uma vez que grande parte dos trabalhos na área de estudos do texto são marcadamente teóricos ou, quando se valem de análises, não tomam a Teoria da Enunciação benvenistiana como principal suporte teórico.

Além disso, é de conhecimento comum que o ensino de Língua Materna, hoje, parece ter-se distanciado do seu real objetivo: o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Infelizmente, é conferido à metalinguagem o *status* de protagonista, uma vez que o estudo da língua tem-se reduzido à memorização de regras gramaticais, predominando, dessa forma, o estudo da gramática vista como um fim em si mesmo, divorciado de qualquer contexto de interação. Não há preocupação com os efeitos de sentido produzidos pelos locutores, quando estes se apropriam da língua e fundam o *seu* ato de enunciação. Constatase, assim, o ensino de uma gramática voltado à nomenclatura e à classificação das unidades linguísticas, do qual advém a ideia de que estudar língua é estudar gramática e, conseqüentemente, de que língua é sinônimo de gramática. As palavras de Azevedo e Rowell (2009) ratificam nossa posição: “[...] a língua é tratada como uma dobra em si mesma no sentido de que o estudo da estrutura e da forma é visto como suficiente e até mesmo essencial para que, como consequência natural e necessária, o sujeito aprenda a produzir e compreender textos/discursos reais [...]”

O ensino da Língua Portuguesa nas escolas, ao contrário, deve ser um ensino que considera que há um estreito vínculo entre os elementos da gramática e o texto, visto que é no uso que os recursos gramaticais assumem seu papel, isto é, atualizam-se, estando a serviço da atribuição de referência. Penso que a Teoria da Enunciação de Benveniste, por relacionar a semantização à sintagmatização, ou, dito de outra maneira, por estabelecer uma relação indissociável entre forma e sentido, pode constituir um fundamento para um estudo linguístico mais significativo para o aluno. As palavras de Mello (2012, p.13) são esclarecedoras a esse respeito: “[...] o estudo de textos, em termos pedagógicos, tem muito a

---

<sup>3</sup> Benveniste utiliza esse neologismo no artigo “A forma e o sentido na linguagem”, cuja primeira publicação data de 1966.

ganhar se for contemplado pelo olhar da Teoria da Enunciação benvenistiana, uma vez que partirá da concepção de forma e sentido como *noções gêmeas*, focalizando o quê (semantização) e o como (sintagmatização) dos textos [...] Pensamos que, se nosso olhar se dirigir para o ‘como’, apreenderemos o ‘o quê’”. É desse princípio que partimos para a realização do trabalho: *é na e pela* organização sintagmática textual, que o sentido se forma e se atualiza. Diria mais: *é através* dessa operação, com vistas a expressar sentidos sempre únicos, que o mundo da enunciação, portanto o mundo de *cada um*, passa a efetivamente existir. A linguagem começa através dessas duas operações tão banais: sintagmatizar e semantizar, para, desse modo, estar no mundo como sujeito na/pela linguagem.

Nosso objeto de estudo para a realização daquele trabalho foram dois textos pertencentes ao gênero textual redação de vestibular, nos quais analisamos de que modo a (inter)subjetividade emerge naquela situação de enunciação, através do exame de como o locutor se apropriou do sistema da língua, convertendo-a em discurso.

Após tudo o que foi comentado, cumpre agora explicitar o percurso a ser seguido na organização deste artigo. A seguir, apresentarei os principais conceitos teóricos que embasaram o trabalho, tais como (inter)subjetividade, referência, forma e sentido, sintagmatização, entre outros. E, por fim, reproduzirei aqui a análise enunciativa que fizemos de um dos dois textos analisados, a saber “Meros brinquedos”. Nessa última etapa, apresentarei brevemente a metodologia que adotamos e a proposta de produção textual que norteou a produção do texto “Meros brinquedos”.

## **2 Princípios da teoria da enunciação de Émile Benveniste**

À luz da Teoria da Enunciação de Benveniste, que nos autoriza a afirmar que forma e sentido constituem propriedades inseparáveis no uso da língua, pretendemos no TCC desenvolver um estudo de textos escritos, em que lançamos o olhar para o modo como o locutor, através das operações de sintagmatização-semantização, se propõe como sujeito.

Defendemos, apoiados na perspectiva enunciativa, que a língua, através do seu aparelho formal, disponibiliza formas linguísticas que estão à disposição de todo e qualquer locutor, mas, no momento da construção de um texto, tanto oral quanto escrito, esse sistema se atualiza e se singulariza através do ato de apropriação desse pelo locutor, ato que supõe movimento enunciativo do agenciamento das palavras, com vistas a expressar ideias.

Benveniste constitui-se, sem dúvida alguma, em um fiel seguidor de Ferdinand de Saussure, considerado de forma indiscutível o pai da Linguística Moderna, pelo fato de lançar

a essa disciplina o estatuto de ciência. Benveniste traz para as suas reflexões as noções saussurianas de sistema, sintagma, signo, entre outros, mas procura avançar na questão da significação. Para explicitar sua aposta, trago as palavras de Normand (2009, p. 202): “Nunca abandonar a língua em sua matéria significante, suas estruturas comuns, seu aparelho ‘semiótico’, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, a comunicação sempre situada, o ‘acontecimento evanescente’ que é todo enunciado, analisar o ‘semântico’”. Aí está a chave dessa relação: Benveniste quis *conciliar/acolher* a proposta saussuriana com a noção de subjetividade, que é inerente ao “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (2006a, p. 82), isto é, à enunciação, sempre única e situada em um aqui-agora do locutor. Partir da língua enquanto sistema de signos para chegar à língua enquanto sistema que está submetida à atualização sempre inédita que cada locutor faz dela.

Abordarei no próximo item o conceito de intersubjetividade, que está intimamente associado à noção de pessoa, assim como às noções de tempo-espaço.

### ***2.1 Pessoa/não pessoa e intersubjetividade***

Tradicionalmente, a categoria linguística de pessoa, comumente associada ao estudo dos verbos e dos pronomes pessoais, abriga três pessoas: a que fala (primeira pessoa), a que com quem se fala (segunda pessoa) e aquela de quem se fala, ou seja, o ausente (terceira pessoa). Benveniste, no entanto, critica o modo como vem sendo realizada tal classificação e sugere que “é preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (2005b, p. 248). Segundo ele, essas denominações revelam a disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras: se, nas marcas *eu* e *tu*, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre ela, o mesmo não se pode afirmar da forma *ele*. Essa forma, classicamente denominada de terceira pessoa, é, na verdade, a não pessoa, uma vez que “essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam” (2005b, p. 250). Desse modo, fica evidente que as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira, essa tomada como “a forma verbal que tem por função exprimir a ‘não-pessoa’ (2005b, p. 251).

No final do artigo “As estruturas das relações de pessoa no verbo”, o linguista conclui que há uma oposição entre as duas primeiras pessoas e a “terceira”, como membros de uma

correlação: a correlação de pessoalidade – o par *eu-tu* como investidos da marca de pessoa, ao passo que *ele* é privado dessa marca.

O linguista coloca que *eu* e *tu* possuem duas características: a unicidade e a reversibilidade, propriedades ausentes no *ele*. *Eu* e *tu* designam um novo ser a cada enunciação e são reversíveis: “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’” (BENVENISTE, 2005b, p. 253). Assim, não há hegemonia de uma sobre a outra, mas *alternância* entre os protagonistas do discurso. Para o autor, essa reversibilidade entre *eu-tu* não implica igualdade nem simetria, já que o termo *ego* tem sempre uma posição de precedência teórica em relação a *tu*, “‘eu’ é sempre transcendente com relação a ‘tu’” (BENVENISTE, 2005b, p. 255). No entanto, um não se concebe sem o outro: os dois se implicam mutuamente na realidade humana do diálogo. Além da oposição *eu-tu/ele*, Benveniste também opõe *eu* a *tu*, o que chama de “correlação de subjetividade”: “poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, face da pessoa subjetiva que *eu* representa” (2005b, p. 255).

O linguista afirma que *eu* só assume seu valor na instância em que é proferido e define: “*eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*’”, assim como *tu* é “o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*’” (2005b, p. 279). É o status de sui-referencialidade das pessoas *eu-tu*.

A marca *ele*, ao contrário, constitui a forma pela qual uma coisa é predicada verbalmente, uma vez que “‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 2005b, p. 253). Desse modo, a partir do domínio da não pessoa, Benveniste afirma que “a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devem remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (2005b, p. 282). Assim, vemos nesse “estágio” da reflexão do linguista uma distinção a respeito de duas espécies de “compartimentos” da língua: de um lado, há os elementos subjetivos (signos que remetem à enunciação: *eu-tu-aqui-agora*), e por outro lado há os objetivos (signos pertencentes ao domínio da não pessoa).

Um conceito intimamente relacionado à noção de pessoa é o de intersubjetividade, no entanto essa noção não se restringe somente à noção de pessoa, visto que perpassa todas as demais noções desenvolvidas na teoria benvenistiana.

O título do artigo “Da subjetividade na linguagem”, cuja primeira publicação foi em 1958, evidencia que toda a linguagem é (inter)subjetiva:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 2005a, p. 285).

Com essa afirmação, o autor evidencia que a linguagem é constitutiva do homem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (2005a, p. 286). É *na e por* meio dessa faculdade simbólica que o homem, em sua interação com o outro, dá vazão a sua subjetividade.

O autor trata da impossibilidade da oposição entre linguagem e homem, descartando a concepção de que a linguagem seja um instrumento de comunicação. A linguagem é uma condição da existência humana, ou melhor, o homem é homem porque é um ser de linguagem, que se constitui na fala com outro homem, fundando a intersubjetividade.

Pode-se pensar, à primeira vista que, para Benveniste, os conceitos de locutor, sujeito e homem sejam sinônimos, no entanto eles diferem entre si, embora possam remeter à mesma referência no mundo. Para o autor, locutor é o ser do discurso responsável por colocar a língua em funcionamento por meio de um ato de apropriação. E mais: a sintagmatização é operada por ele visando à semantização, isto é, a conversão da língua em discurso. Já a noção de sujeito, enquanto categoria dada na/pela linguagem, constitui uma instância que decorre da apropriação da língua feita pelo locutor. Em outras palavras, é um efeito da conversão da língua em discurso. Assim, nessa teoria, locutor e sujeito são noções diferentes: o sujeito da enunciação não existe *a priori*, mas é o rastro de si deixado pelo locutor ao se enunciar.

Benveniste formula que a linguagem é a possibilidade da subjetividade, uma vez que “a linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’” (2005a, p. 289). Tais formas são constantemente atualizadas ou renovadas no exercício da língua. Conforme o autor, “fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito” (2006, p. 69). Seus referentes somente podem ser apreendidos se for levada em consideração a situação de enunciação.

Ao afirmar que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 2006a, p. 84), Benveniste dá relevo à intersubjetividade: no momento em que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e se enuncia como *eu* no seu discurso,

ele implanta um *tu* diante de si, ou seja, o funcionamento da língua é intersubjetivo. Não se pode pensar o *eu* sem a presença do *tu*, eles são mutuamente constitutivos. É a intersubjetividade que possibilita a subjetividade: para o que locutor possa passar a sujeito no/pelo discurso, ele tem de estar necessariamente constituído pelo outro.

A partir de tudo que foi exposto até aqui, vale a pergunta: e os signos pertencentes ao domínio da não pessoa (paradigma do *ele*) seriam privados de subjetividade? É possível haver enunciação sem a constituição da subjetividade? Obviamente, *ele* não participa da enunciação com o estatuto da marca de pessoa, porém, ao falar de *ele*, o enunciado não é dotado de total objetividade, uma vez que a objetividade na língua é pura ilusão. Desse modo, quando faz uso da não pessoa em seu discurso, o locutor não deixa de se colocar, uma vez que toda enunciação emana de um locutor, ou melhor, a não pessoa “faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*” (BENVENISTE, 2005a, p. 292). Logo, a distinção subjetivo/objetivo na língua, a partir dessa afirmação, já começa a ser fortemente abalada, uma vez que as palavras, independente de serem formas relativas ao paradigma *eu-tu-aqui-agora*, ou ao paradigma de termos “objetivos” (ex: “árvore”), estão impregnadas pela enunciação, expressando o mundo sob a ótica de *eu*, que, ao utilizar das formas da língua a fim de expressar uma *certa* relação com o mundo, se subjetiviza no/por esse uso, sempre singular.

Além da categoria de pessoa, as categorias de tempo e espaço também figuram como pertencentes ao domínio da instância de discurso. No artigo “A natureza dos pronomes”, Benveniste coloca que os advérbios *aqui* e *agora*, apesar de pertencerem a outra classe gramatical, se situam no mesmo plano e se associam à mesma referência que a do par *eu-tu*: a referência à instância de discurso. Nas palavras do autor a respeito desses advérbios, “poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*”. (2005d, p. 279).

Desse modo, as categorias de pessoa, tempo e espaço (indicadores de subjetividade) constituem traços formais da língua que evidenciam a subjetividade nela inscrita. São as marcas que revelam mais explicitamente a relação do locutor com a língua.

## **2.2 Forma e sentido**

As noções de forma e sentido, tomadas como noções *gêmeas* em Benveniste, convivem em toda a extensão da língua. Essas noções são especialmente tratadas em três de

seus artigos, a considerar a data da primeira publicação: “Os níveis da análise linguística” (1964), “A forma e o sentido na linguagem” (1966) e “Semiologia da língua” (1969). As noções de frase, referência e sintagmatização relacionam-se diretamente a esses conceitos.

Assim como Saussure, no texto “Os níveis da análise linguística”, Benveniste compreende que a linguagem deve ser descrita como uma estrutura formal e que, para chegar a essa descrição, era preciso, primeiramente, estabelecer os procedimentos e os critérios adequados.

Ele afirma que, devido ao caráter complexo e discreto da linguagem, é de fundamental importância a noção de *nível de análise*, uma vez que “só ela é própria para fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo” (BENVENISTE, 2005c, p.127).

Os elementos linguísticos são determinados por meio das relações que os unem. O método de análise consiste em duas operações: segmentação e substituição. O processo da segmentação compreende segmentar um texto de qualquer extensão em porções cada vez mais reduzidas. Já a substituição consiste na capacidade que os elementos linguísticos possuem de se integrarem em níveis superiores.

É preciso ficar bem claro que a noção de nível da análise linguística desenvolvida por Benveniste é distinta daquela que normalmente se encontra na área da Linguística (fonologia, morfologia, sintaxe). O linguista propõe que cada unidade de análise é definida através da sua integração em uma unidade superior. De acordo com Flores (2010, p. 5), “um nível se define em função das relações distribucionais e integrativas que suas unidades têm”.

Segundo o linguista, os merismas (traços distintivos dos fonemas) operam somente a substituição, não sendo segmentáveis. Benveniste destaca que, para obter status linguístico, as unidades de todos os níveis devem preencher a condição de *ter sentido* para a possibilidade da análise linguística. Não existe tal análise sem se fazer presente o sentido, uma vez que é uma condição indispensável.

No seu estudo sobre os níveis da análise, o autor sublinha que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar em uma unidade mais alta” (BENVENISTE, 2005c, p. 131). Assim, a capacidade de *integração* em uma unidade mais alta é a condição essencial para a definição de uma unidade linguística. As unidades de determinado nível distribuem-se nesse nível (relação de distribuição) e, simultaneamente, integram um nível superior. (relações integrativas). A *forma* refere-se à capacidade de

distribuição dentro do mesmo nível, enquanto à capacidade de integração em uma unidade de nível superior refere-se o *sentido*.

Flores (2010) chama a atenção para o fato de que a enunciação não é um nível de análise, mas um ponto de vista da análise. Ela está presente em todos os níveis, os atravessa: qualquer fenômeno linguístico pode analisado sob o ponto de vista da enunciação. Por conseguinte, tendo em vista o que foi exposto, pode-se afirmar que a análise enunciativa é transversal, podendo afetar um nível da língua ou vários níveis em inter-relação.

O nível do fonema só se define em função de uma unidade superior, que é o morfema, do qual é integrante. Do morfema, passa-se ao nível da palavra, que, segundo Benveniste (2005c), possui uma posição intermediária, já que pode decompor-se em unidades inferiores e, por outro lado, entra como unidade significativa em uma rede de relação com outros elementos significantes em uma cadeia de nível superior, que é a frase. Toda frase comporta constituintes, mas ela não pode funcionar como integrante, visto que constitui o nível linguístico mais elevado de análise. O linguista afirma que, apesar de a frase ser efetuada em palavras, essas não são simplesmente seus segmentos.

De fato, essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. (BENVENISTE, 2005c, p. 132).

Da citação acima, pode-se depreender que a palavra adquire seu valor semântico no exercício da língua, através da convivência com outras palavras dentro da frase (enunciado). Logo, é somente quando a língua é atualizada em discurso, que a palavra assume real sentido, podendo aparecer na frase com um sentido que não possui enquanto unidade autônoma. Eis o alcance da subjetividade.

A frase é, portanto, definida por seus constituintes, ao passo que o merisma somente se define como integrante. Ao afirmar que o princípio que governa a distinção entre constituinte e integrante é a relação forma-sentido, o autor observa que havia entre a maioria dos linguistas da época uma tendência a deixar o *sentido* fora do quadro da Linguística, uma vez que “as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*” (2006b, p. 221). Porém, Benveniste, de forma genial, sempre lembrava: “É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (2005c, p.135). Ele lida habilmente com essa

“cabeça de Medusa”, sempre a associando à forma: “é a significação [...] que estrutura a língua, e a significação existe somente na e pelas formas” (NORMAND, 2009, p.174). Ou seja, as noções de forma e sentido se implicam mutuamente, uma reclama a outra: o sentido está ligado sempre e necessariamente à forma, não há como propor uma dicotomia dessa relação, como, aliás, os estruturalistas americanos tentaram promover.

Em “A forma e o sentido na linguagem”, que registra uma conferência de Benveniste dirigida a filósofos, o linguista complexifica as relações entre forma e sentido. Segundo ele, forma e sentido, nos níveis semiótico e semântico, cumprem a função de instaurar “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala” (BENVENISTE, 2006b, p. 229). Esses dois domínios – semiótico e semântico – se superpõem na língua em funcionamento. Desse modo,

Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério de significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação do intentado, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. (BENVENISTE, 2006b, p. 234).

Cabe salientar aqui a expressão “noções gêmeas” que confirma a ideia de que forma e sentido nascem juntos. Buscando definir esses termos para, então, associá-los, o linguista define sentido como “a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores” (2006b, p. 222), ao passo que a forma é “matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal no nível linguístico ao qual pertencem” (2006b, p. 222). A partir disso, depreende-se que, para Benveniste, o sentido é atualizado pelo locutor na língua em emprego, através de um conjunto de estratégias mobilizadas, a fim de que ocorra a intercompreensão. Já a forma é concebida como uma das faces do signo, o significante, ou como organização sintática.

A essência da linguagem é, antes de tudo, significar, sem a qual não haveria possibilidade de sociedade; desse modo, é impossível separar a forma do sentido, uma vez que a linguagem existe em virtude de uma relação profunda entre esses dois.

O autor assume a posição de Saussure de que a língua é um sistema de signos, no entanto pretende ultrapassar o mestre genebrino ao propor duas maneiras de ser língua, dois modos de ser língua, no sentido e na forma: língua como semiótica e língua como semântica. No domínio semiótico, cuja unidade é o signo, há a preocupação de que o signo signifique,

tenha sentido. A grande pergunta relacionada ao semiótico é a seguinte: tal signo significa ou não? Os signos entram numa cadeia de relações, na qual cada um é o que o outro não é. Então, eles têm como características fundamentais serem opositivos e significativos. Sentido aqui seria, então, a capacidade do signo de significar e se opor aos outros signos em uma rede de oposições. É sob a condição do paradigma que os signos se dispõem quando levado em consideração o semiótico. “Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua” (BENVENISTE, 2006b, p. 227).

O nível semiótico é aquele que está no sistema da língua, não se ocupa da relação do signo com a referência ao mundo, uma vez que é intralinguístico. Logo, na esfera desse domínio, observa-se que Benveniste enfatiza o aspecto distintivo das formas, no campo das relações paradigmáticas. Ao passo que ao definir a ordem semântica, o autor a situa no domínio da língua em funcionamento, passando, portanto, pelo crivo do locutor, em que se observam as relações sintagmáticas.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, 2006b, p. 229).

Na dimensão do semântico, não se tem mais como foco de preocupação somente se determinado signo significa, mas do que o locutor quer dizer, do sentido que determinada construção sintagmática assume em uma situação enunciativa particular. Esse domínio decorre da ação do locutor que transforma a língua em discurso, uma vez que sintagmatiza e semantiza para o alocutário.

No artigo “Semiologia da língua”, cuja primeira publicação data de 1969, Benveniste retoma os domínios semiótico e semântico, modos distintos de significação que possuem seu próprio aparelho conceptual. No semiótico, o signo deve ser reconhecido, ao passo que no semântico, a função não é mais de reconhecimento, mas de compreensão. O que produz o sentido, isto é, o intencional<sup>4</sup>, para o autor, são as relações sintagmáticas, já que nesse domínio “tudo é dominado pela condição do sintagma” (BENVENISTE, 2006b, p. 230). Segundo o

---

<sup>4</sup> Na tradução do artigo de Benveniste, foi empregado o termo “intencionada”. No entanto parece-nos que uma tradução melhor seria “intencional”, visto que não tem a ver com a intenção do locutor, como sujeito autônomo e soberano, mas com o modo como “age” sobre o interlocutor.

linguista (2006b, p. 230, grifo nosso), “o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua *organização sintática*, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. Outra característica do modo semântico é que toma a seu encargo o conjunto de referentes, correspondendo ao mundo da enunciação e do discurso, ao passo que o semiótico é divorciado de toda referência. À noção de signo não se vincula a questão da referência, porém “o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 2006b, p. 230).

Situada no domínio semântico, temos a frase, noção a ser explicitada a seguir.

### 2.3 Frase

Conforme já foi mencionado, em Benveniste a frase é considerada o limite superior das análises linguísticas, não podendo servir de integrante de uma unidade mais alta. A frase, segundo o autor, situa-se num nível que se diferencia dos demais níveis linguísticos, não representa “simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado” (BENVENISTE, 2005c, p. 137).

É necessário esclarecer que a noção de frase aqui não possui a mesma significação que a compreensão de frase da sintaxe, entendida tradicionalmente como uma sequência de palavras que tem como limite um ponto, quer seja o ponto final, o de interrogação ou o de exclamação.

Em *Os níveis da análise linguística*, a frase é considerada, antes de tudo, como a unidade linguística superior às outras unidades (fonema, morfema, palavra), dotada de sentido e referência. Apresenta sentido porque possui significação, e referência porque remete ao mundo co-construído pelos locutores no ato de enunciação. Com tal unidade, entramos no domínio da língua em uso, visto que “a frase, criação indefinida, variedade sem limites, é a própria vida da linguagem em ação” (BENVENISTE, 2005c, p. 139). Percebe-se que a concepção de frase não apresenta um único sentido para o autor, pois aqui ele a entende como um segmento do discurso atualizado por um locutor: “pertence bem ao discurso” (BENVENISTE, 2005c, p. 139). Ela serve como mediadora entre o locutor e o alocutário, pois, através dela, o primeiro influencia o segundo, agindo sobre o outro. Ao afirmar que a frase é uma *criação indefinida, variedade sem limites, vida da linguagem em ação*, parece-nos que Benveniste nos autoriza a conceber a frase como texto, cujas dimensões são variadas e implica língua em funcionamento, relativa a *eu-tu-aqui-agora*.

Relacionando o conceito de frase às três principais modalidades (asserção, interrogação e ordem), Benveniste destaca a língua em ação, através da qual o locutor age sobre o seu interlocutor. Assim, fica evidente a relação da frase com a intersubjetividade, uma vez que ela supõe relação de interação entre os protagonistas da enunciação.

A partir da frase, ocorre o movimento do nível semiótico para o semântico, pois “se deixa o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 2005c, p. 139). Segundo ele, a partir desse movimento enunciativo surge a linguagem, já que, conforme Benveniste (2005c, p. 140), “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem”.

Benveniste distingue o signo, pertencente ao domínio do semiótico, dotado de um valor genérico e conceptual, da frase, expressão semântica por excelência e que, portanto, assumirá um sentido sempre singular, visto pertencer ao mundo do discurso. Nas palavras do autor, “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (BENVENISTE, 2006b, p. 229).

Vale a pena acrescentar que, quando o linguista traz a noção de frase como “um acontecimento diferente, ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (BENVENISTE, 2006b, p. 231), essa definição de frase associa-a à enunciação, acontecimento cada vez singular, situado em um espaço e tempo definidos.

Enfim, retomando, o sentido da frase, ou seja, a ideia que ela exprime, se realiza sob a base da *sintagmatização* – operação de encadeamento entre as palavras, em que “cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (BENVENISTE, 2006b, p. 234). Nesse momento, a noção de sintagmatização será detidamente enfocada no próximo item.

## **2.4 Sintagmatização**

As noções de sintagma e de sintagmatização são, sem dúvida, noções basilares na teoria benvenistiana. Falar em sintagma, em Benveniste, implica falar em enunciação, uma vez que a operação da sintagmatização ocorre no discurso. Segundo Lichtenberg (2006, p. 49), “Benveniste, ao tratar combinações, estuda a sintaxe da enunciação – que Saussure não estuda –, que inclui a sintaxe da língua, porque esta já está lá, no semiótico”. A sintaxe da enunciação comporta, assim, a sintaxe da língua.

A realização do sistema de signos em frases, isto é, a atualização desse sistema, implica certo arranjo sintagmático da frase que constrói sua forma e seu sentido. A ação de sintagmatizar está a serviço da semantização: “A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego têm um ‘sentido’ particular” (BENVENISTE, 2006b, p. 231), ou melhor, “a ideia deve sofrer a restrição das leis de seu agenciamento” (2006b, p. 231). A sintagmatização, concebida por Benveniste como o processo de seleção e organização sintática de palavras no enunciado, é um suporte de que se vale o locutor na semantização para o alocutário. Ela não determina sentidos, mas está a serviço dele. É visando à atribuição de (co)referência que se dão relações sintagmáticas. Com o encadeamento de palavras, o locutor visa provocar no destinatário a adesão à determinada ideia, comportamento etc. Em outras palavras, por meio da organização sintática, o locutor visa a promover sentido e, conseqüentemente, atingir de determinada forma o leitor/ouvinte. Aya Ono (2007, p. 69) argumenta que, na sintagmatização, movimento criador da frase, “há acordos e desacordos entre as palavras, a fim de criar um arranjo harmonioso e um sentido global.” Trago aqui também as palavras de Lichtenberg (2004, p. 191) a respeito: “se há modelos sintáticos a considerar, uma garantia de pertença à língua, a produção de significações objetiva a atribuição de correferência: a linguagem é para viver, um locutor semantiza e, porque semantiza, sintagmatiza para um alocutário”. Assim, servindo a linguagem para *viver*, as operações intersubjetivas de sintagmatizar e semantizar tornam-se condição para a possibilidade de se fundar a experiência humana.

## **2.5 Referência**

Remi Schorn é um pesquisador que pesquisa, publica e leciona em Filosofia da Linguagem, Filosofia da Ciência e Epistemologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência, epistemologia, conhecimento, entre outros. Segundo esse autor (2009, p. 45), “em uma expressão, a referência de um nome próprio não é outra coisa senão o objeto que designamos ao usarmos o nome próprio. Em uma expressão, a referência é o objeto denominado ou denotado, ou seja, é a denotação da expressão”.

O mundo de que fala esse autor é o objetivo, independente da enunciação, é o mundo ontológico ou extralinguístico.

O tema da referência, na Linguística, está situado no âmbito da semântica. “Entende-se por referência a operação linguística por meio da qual selecionamos, no mundo que nos

cerca, um ou mais objetos (isto é, pessoas, coisas, acontecimentos) específicos, tomando-os como assunto de nossas falas” (ILARI, 2001, p. 176).

O conceito de referência em Benveniste (2006b, p. 231) não está em consonância com a concepção desses autores: “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Ele sublinha: “Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora das circunstâncias, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial”.

Com essa citação, o linguista deixa claro a relevante função que atribui à referência de uma frase. O ato de enunciação promovido pelo locutor só será plenamente compreendido pelo alocutário se houver um conhecimento partilhado acerca das circunstâncias em que se concretizou esse ato. Nessa perspectiva, falar sobre referência não significa se reportar aos objetos materiais existentes no mundo ontológico, mas sim voltar os olhos para o ato singular da conversão da língua em discurso, à singularidade de cada instância discursiva.

Ao afirmar que, “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006a, p. 84), o linguista inclui no escopo da enunciação a questão da referência, uma vez que, quando o locutor mobiliza a língua e dela se apropria, ele refere pelo discurso, e o outro correfere. De acordo com o pensamento de Flores (2005, p. 10), “a referência supõe co(referência)”.

A partir dessa citação de Benveniste, pode-se inferir que a não pessoa também integra a enunciação, pois o mundo de que o locutor fala é sempre filtrado por ele. As escolhas realizadas pelo enunciador ao assumir a língua para falar do mundo, retiradas do léxico comum, indicam a presença do sujeito no seu discurso, que ao dizer sobre *ele* igualmente diz de si: “a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização, termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa” (FLORES et al., 2008, p. 73).

## **2.6 O aparelho formal da enunciação**

O aparelho formal da enunciação é proposto por Benveniste no artigo de mesmo nome, publicado pela primeira vez em 1970. É este o último texto que trata da enunciação, publicado em vida pelo linguista. Vejamos, inicialmente, que elementos constituem o aparelho formal da enunciação, criado a partir da apropriação do aparelho formal da língua:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 2006a, p. 84).

A partir desse trecho célebre, é possível investigar o escopo da noção de subjetividade em Benveniste. Nos primeiros textos que tematizam sobre essa questão, o autor parece promover uma dicotomia entre palavras indicadoras de subjetividade, isto é, aquelas que não existem senão em relação ao aqui-agora do locutor e do co-locutor (*eu, tu, aqui, agora*), e palavras empregadas no “uso cognitivo da língua” (*casa, carro, cadeira*). Isso se deve à divisão dos pronomes feita pelo autor em: *pessoa*, categoria linguística que se constitui na e pela enunciação, e *não pessoa*, que representa a face objetiva da língua. É na categoria de *pessoa*, além da de *tempo e espaço*, signos intimamente relacionados com a instância de discurso que os contém, que o autor enxergava, a princípio, a constituição do homem como sujeito linguístico. No entanto, ao se realizar uma leitura transversal da teoria de Benveniste, fica claro que a dicotomia *pessoa/não pessoa* não se sustenta, ou seja, a subjetividade não se restringe aos indicadores clássicos *eu-tu-aqui-agora*, pois toda a língua está submetida à enunciação.

Em *O aparelho formal da enunciação*, o linguista abre a via para outra possibilidade de compreensão, quando afirma que o locutor, no momento de apropriação da língua, enuncia sua posição de sujeito não só por meio de índices específicos, mas também através de procedimentos acessórios. É no uso das formas linguísticas em uma particular situação de interlocução que se plenificam os signos, assumindo muitas vezes um sentido particular decorrente do investimento do locutor que se marca no seu discurso.

Nesse mesmo artigo, como o próprio título sugere, a enunciação constitui o foco principal de reflexão do linguista e se percebe que o processo enunciativo ganha uma amplitude muito maior, comparado com os textos publicados nas décadas de 40 e 50. A fim de ratificar essa ideia, o autor diz que “trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006a, p. 82). Assim, Benveniste amplia o escopo da noção de subjetividade para toda a língua, não estando mais essa noção restrita aos signos dêiticos. Segundo Aresi (2011, p. 273), “enunciar é subjetivar a língua toda”. Entende-se que, na enunciação, todos os elementos da língua estão submetidos à subjetividade daquele que (se) enuncia, uma vez que todos eles fazem parte do processo de arranjo sintático, a cada vez singular.

Conforme o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 48), o aparelho formal da enunciação define-se como “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso”. Compreende-se que o fenômeno linguístico (processo) da enunciação se dá, inicialmente, através da apropriação por parte do locutor do aparelho formal da língua, que fornece ao locutor os instrumentos necessários para ele realizar o seu ato enunciativo. Dessa apropriação nasce o aparelho formal da enunciação, sempre inaugurado em cada ato, ocorrendo, dessa forma, a semantização da língua, ou seja, a conversão dela em discurso.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (2006a, p. 83) explica que “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. Esses três aspectos constituem o quadro de realização da enunciação. O ato enunciativo “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p. 83). Assim, a figura do locutor que efetua a língua em uma instância de discurso é fundamental para que ocorra a enunciação. No entanto, a presença do interlocutor também é igualmente importante, já que os dois constituem um ao outro e são constituídos na/pela linguagem. A noção das situações em que se realiza o ato parece corresponder em Benveniste à referência, sempre relacionada com a situação espaço-temporal enunciativa. Já os instrumentos de realização da enunciação designam o próprio aparelho formal da enunciação, dispositivo formado de índices específicos e de procedimentos acessórios. Dessa forma, o locutor se apropria do estruturado aparelho formal da língua e, desse uso, (co)constrói o aparelho formal da enunciação, que se singulariza a cada instância enunciativa. A esse respeito explica Aresi (2011, p. 273):

O aparelho formal da enunciação não corresponderia unicamente a formas linguísticas específicas, mas a todas as formas da língua e ao conjunto de mecanismos linguísticos que permitem a semantização da língua. É o mecanismo total que permite ao locutor (se) referir pelo discurso, colocando-o em relação constante com seu dizer.

Já vimos que os índices específicos são considerados os indicadores clássicos da subjetividade na linguagem, tendo como função assegurar a referência ao ato e à situação de enunciação. Porém, o que seriam os procedimentos acessórios?

Benveniste nunca em seus textos propôs uma definição desse termo, porém, fazendo uma análise detida dessa expressão, percebe-se que ela traz uma ideia de “processo”, de “organização”, o que nos permite afirmar que está diretamente vinculada à noção de sintagmatização. Enquanto os indicadores específicos, como o próprio nome sugere, têm

como função indicar/apontar para a situação enunciativa, os procedimentos acessórios correspondem às inter-relações entre palavras empreendidas pelo locutor na busca pelo sentido que deseja imprimir ao seu enunciado.

Tendo em vista que a noção dos procedimentos está mais relacionada ao modo de organização sintagmático das unidades linguísticas, em conformidade com Aresi (2011), não há possibilidade de listar os procedimentos acessórios. A fim de apoiar sua interpretação, ele traz uma citação, do texto *Os níveis da análise linguística* de Benveniste (2005c apud ARESI, 2011, p. 272): “Um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase poderia nem mesmo começar”.

Parece-nos que o fato de Benveniste colocar nesse mesmo texto a referência como parte integrante da enunciação faz desaparecer a dicotomia subjetivo-objetivo presente nos seus primeiros textos. O leitor pode depreender que a subjetividade está marcada em toda a língua, isto é, mesmo que o locutor faça uso da não pessoa (clássica terceira pessoa), está falando a partir de sua perspectiva, está “filtrando” o mundo de que fala. Assim, de acordo com Aresi (2011, p. 267), em textos anteriores a esse de 1970 “a questão da subjetividade estava restrita a certas unidades da língua, cujo *status* de significação diferenciava-se dos demais signos linguísticos, no texto de 1970 a língua em sua totalidade está submetida à subjetividade que caracteriza cada ato de enunciar”.

Há, então, entre os índices específicos e os procedimentos acessórios uma relação de complementaridade, ambos são igualmente necessários para a constituição do aparelho formal da enunciação, já que não existe forma de estar na língua, colocando-se como locutor e instituindo um interlocutor para falar do mundo, sem a utilização tanto dos índices quanto dos procedimentos. Toda vez que utilizamos a língua, em primeiro lugar nos instanciamos como locutor e ao outro como interlocutor, assim como determinamos o tempo e o espaço, no entanto apenas fazer isso não basta, uma vez que queremos, através da enunciação, atuar de alguma forma sobre o outro. É com vistas a isso, em consonância com a “significação *intencionada*” (BENVENISTE, 2006a, p. 233, grifo nosso), que o locutor coloca em ação os procedimentos acessórios, dispondo de um “aparelho de *funções*”<sup>5</sup> (BENVENISTE, 2006a, p. 86, grifo nosso).

---

<sup>5</sup> Segundo Aresi (2011, p. 273, nota de rodapé, grifo do autor), “Com relação a esse aparelho de funções, Benveniste faz corresponder as funções da *interrogação*, da *intimação* e da *asserção*, funções sintáticas possíveis no uso da língua somente através de leis de agenciamento das formas: ‘Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc. derivam deste aspecto da enunciação’ (Benveniste, 1970/2006, p. 86). O linguista também concebe neste mesmo texto de 1970 ‘todos os

Dessa forma, com os índices específicos ocorre a instanciação do quadro da enunciação: *eu-tu-aqui-agora*, e através dos procedimentos, o locutor passa a realizar encadeamentos sintáticos na tentativa de levar o interlocutor a coenunciar, isto é, a partilhar do seu “mundo”. Pelos específicos, se reconhece as categorias de pessoa, tempo e espaço, e através dos procedimentos, nesse grande processo de organização sintática, que se produz o sentido de cada enunciado, pois, como já dizia Benveniste (2006b, p. 232) em *A forma e sentido na linguagem*, “[...] indo além das palavras, a ideia deve sofrer a restrição das leis de seu agenciamento”.

É importante explicitar que enunciação e língua não designam a mesma coisa em Benveniste. Enunciação, como já foi dito, está relacionada com a apropriação individual da língua por um locutor, transformando-a em discurso. Portanto, é ela que possibilita o emprego da língua em uma instância discursiva única. Eis aí todo o alcance da subjetividade na linguagem: o locutor se apropria da língua toda e a subjetiviza para um interlocutor em uma determinada situação espaço-temporal.

É a partir dos instrumentos linguísticos que o enunciador imprime sentido ao seu enunciado. Levando-se isso em consideração, segundo Aresi (2011, p. 274), a análise enunciativa “deverá sempre levar em conta a referência à instância de discurso e os instrumentos linguísticos que possibilitam que esse ato de enunciar ocorra e que são justamente os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*”. Em outras palavras, em uma atividade de análise pelo paradigma benvenistiano, é preciso levar em conta o todo da instância de discurso: o ato, fazendo referência aos interlocutores e à situação espaço-temporal em que ele ocorreu, bem como os caracteres linguísticos do enunciado e sua sintagmatização. Pois, como nos afirma Aresi (2011, p. 275), “é levando todos estes aspectos em consideração na análise que podemos ver o sentido de cada ato enunciativo”.

### **3 A redação de vestibular sob um olhar enunciativo: uma breve análise**

*[...] pois se a enunciação é única, única também é a análise que se faz dela.*

Valdir Flores

Nesta seção, apresentarei uma breve análise de uma redação de vestibular, a fim de verificar como os enunciadores se inscrevem em seus textos, de que modo sintagmatizam com

---

tipos de modalidades formais, [...] uns pertencentes aos verbos, [...] outros à fraseologia’, como característicos da enunciação, embora reconheça que tais elementos são menos categorizáveis”.

vistas a semantizar. Antes de procedermos à análise, julgo relevante explicitar a metodologia adotada para análise.

### **3.1 Sobre a metodologia**

O objeto de estudo do TCC foram duas redações de vestibular que versavam sobre o mesmo tema produzidas por ingressantes na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Selecionamos na época somente duas redações, pois uma análise enunciativa, cujo objetivo é flagrar a subjetividade inerente a toda enunciação, é sempre uma análise de cunho qualitativo, não quantitativo. Tais redações foram selecionadas de forma aleatória, descartando-se redações com notas inferiores a cinco, uma vez que muitos problemas de ordem gramatical poderiam prejudicar a análise. Os textos foram transcritos fielmente, mantendo-se a forma e o conteúdo originais. Embora se verifiquem, nas redações, alguns “deslizes gramaticais”, estes não constituem nosso foco de interesse. Aqui, em virtude do espaço, reproduzirei a análise que realizamos de um texto, intitulado “Meros brinquedos”.

Cabe esclarecer que os textos analisados seguiram a seguinte proposta de produção textual:

#### *Quadro 1: Proposta de produção textual*

*Alguns afirmam que, na sociedade contemporânea, os relacionamentos amorosos são caracterizados pelo desapego, pela instantaneidade e pela superficialidade.*

- *Você concorda com esse questionamento?*

*Redija um texto argumentativo em que você responda a essa questão e sustente sua tese em argumentos consistentes.*

Fonte: Adaptado de Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2011, p. 5)

### **3.2 Sobre os procedimentos de análise**

Utilizamos como procedimento de análise o que recomenda Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*. “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006a, p. 83). Portanto, em nossa análise enunciativa, estudamos o ato de enunciação, a situação e os instrumentos que permitem a passagem do locutor a sujeito. Para tanto, procedemos da seguinte maneira:

- a) descrevemos o ato enunciativo instaurado pelo texto “redação de vestibular”, no qual se encontram em relação enunciativa locutor (vestibulando) e alocutário (banca avaliadora);
- b) descrevemos a situação espaço-temporal da produção do texto. Na enunciação, o centro da referência não é o mundo, mas o aqui-agora cujo centro é o eu;
- c) realizamos o levantamento linguístico – nos planos morfológico, lexical, sintático, entre outros – dos instrumentos linguísticos (índices específicos e procedimentos acessórios) através dos quais o locutor marca a sua presença como sujeito no discurso.

### **3.3 Análise**

#### **3.1.1 Análise do texto *Meros Brinquedos***

##### **Meros brinquedos**

1 Atualmente vivemos em uma época onde, infelizmente, coisas e pessoas são instantâneas e  
2 descartáveis. Por esta razão, concordo que a maioria dos relacionamentos são baseados na  
3 superficialidade e instantaneidade. Na verdade, muitos relacionamentos começam com o prazo de  
4 validade marcado.

5 Um simples exemplo de como aprendemos isso é, que desde crianças aprendemos a jogar  
6 fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos. Porém, ninguém ensina à criança uma nova  
7 maneira de brincar com aquele brinquedo velho. E são com pequenos detalhes como esse, que  
8 aprendemos a ter desapego por coisas e, conseqüentemente, por pessoas. Pois aprendemos que as  
9 coisas possuem vencimento, e nós não precisamos nos apegar à elas, pois algo melhor sempre virá  
10 para substituir algo velho.

11 Ter um namorado é algo complicado, pois exige esse apego que não somos habituados. Num  
12 relacionamento você precisa se dedicar, e algumas vezes você terá que abrir mão de certas coisas,  
13 para que talvez lhe dê o retorno esperado. O problema é esse ‘talvez’, pois a maioria das pessoas  
14 não estão dispostas a sair da sua zona de conforto; e aprender maneiras de como lidar e conviver  
15 com alguém que talvez não esteja a altura de satisfazer suas necessidades num relacionamento.

16 Por isso, a instantaneidade dos relacionamentos. Só estamos com alguém enquanto não for  
17 complicado e enquanto nos der prazer. E quando esse prazer de brincar com esse brinquedo passar,  
18 vamos encontrar outro brinquedo até enjoar.

Inicialmente, levemos em consideração o ato de enunciação que se instaura nesse texto de vestibular intitulado “Meros brinquedos”. É necessário observar que a produção de uma redação de vestibular constitui uma enunciação de retorno, visto que é a partir de uma proposta de produção de texto, em que o candidato é solicitado a dissertar sobre determinado assunto, que ele se enuncia.

Quanto a esse aspecto, cabe ainda afirmar que, no contexto de produção desse gênero, há uma dupla cena enunciativa instaurada simultaneamente. Em primeiro lugar, há a cena na

qual se encontram em relação enunciativa o vestibulando (locutor) e a proposta de produção de texto do Vestibular da Unisinos. O texto produzido pelo candidato é, inicialmente, produto da interação que ele estabelece com a proposta que lhe foi apresentada, a qual contém o tema da proposta, o caráter (argumentativo, descritivo, narrativo) do texto, o número mínimo de linhas que deve constar, entre outras questões. Nessa primeira relação entre eu-tu, que evidencia a interlocução do locutor com a proposta, percebe-se que o candidato procura realizar uma leitura da proposta, tomando cuidado de não fugir ao tema, de escrever no gênero solicitado etc.

Posteriormente, existe uma relação interlocutiva entre o eu (candidato) e a banca avaliadora do exame de vestibular da Unisinos (tu). É possível perceber essa interlocução através de todas as tentativas de formulação de um texto que tenha condições de receber a melhor avaliação possível. É dessa instauração da relação entre aluno e banca que derivam as expectativas do locutor de “escrevem bem”, de acordo com o padrão culto da Língua Portuguesa. O candidato que almeja a vaga em algum curso superior (ser empírico) sabe que, a fim de obter uma boa avaliação, deve apresentar-se como um locutor – ser do discurso – competente, escolhendo as palavras e realizando certo encadeamento sintagmático, com vistas a tornar o texto coeso e coerente com a proposta, que possa convencer a banca examinadora da plausibilidade dos argumentos apresentados, assim como da adequação do grau de formalização linguística exigida por esse tipo de texto.

Ao analisarmos a situação espaço-temporal em que acontece o ato de enunciação, devemos dizer que se trata de um texto produzido no Exame Vestibular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de 2011/2. Nesse texto, assim como em todo ato de tomada da palavra, o locutor emprega a língua para expressar sua relação com o mundo, porém um mundo coconstruído entre os protagonistas da interação enunciativa.

Agora atentaremos para os instrumentos linguísticos de que se utiliza o locutor para marcar sua posição de sujeito. Analisaremos, aqui, não somente os índices clássicos de subjetividade, uma vez que isso iria limitar uma análise que pretende ser de cunho enunciativo. Focalizaremos, também, os procedimentos acessórios, visto que Benveniste (2006a, p. 84) esclarece que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”. Em primeiro lugar, chama a atenção o título do texto intitulado “Meros brinquedos”, criando, assim, juntamente com o leitor, um universo referencial determinado a partir dos sentidos construídos a cada ato de apropriação da língua. A função sintática da

asserção, “a manifestação mais comum da presença do homem na enunciação” (BENVENISTE, 2006a, p. 86), aparece no próprio título da redação, visto que, ao dizer “Meros brinquedos”, o locutor comunica uma certeza, afirmando um referente ainda desconhecido pelo leitor como *meros brinquedos*. Além disso, a presença do adjetivo depreciativo “meros” já denota indicação de subjetividade. Ao empregar tal adjetivo, o locutor avalia pejorativamente “os brinquedos”.

No primeiro parágrafo do texto, é possível constatar algumas marcas que atestam a inscrição do homem na língua. Logo na linha 1, o locutor utiliza o advérbio “atualmente”, que corresponde ao momento *agora* (presente) do enunciador, designando o momento em que ele vive. Refere-se a um período maior de tempo, dentro do qual, num ponto determinado, se dá o ato enunciativo.

Um fator que faz emergir a intersubjetividade é o enunciado posto pelo locutor – “concordo que a maioria dos relacionamentos são baseados na superficialidade e instantaneidade” (linhas 2-3) – que está diretamente relacionado com o questionamento realizado pela proposta de produção do texto de vestibular. Nitidamente, através desse enunciado, comprova-se a relação que o vestibulando estabeleceu com a proposta de produção. O locutor se utiliza de verbo flexionado na primeira pessoa do singular “concordo” (linha 2), a fim de expressar a sua concordância de que a maioria dos relacionamentos atuais são baseados na superficialidade e instantaneidade.

Observam-se, no texto, alguns índices específicos que constituem marcas linguísticas de subjetividade. O vestibulando emprega o verbo “vivemos” (linha 1), cuja referência é genérica, uma vez que remete às pessoas em geral, incluindo o locutor e o interlocutor. Da mesma forma, faz uso de outros verbos flexionados na primeira pessoa do plural (“aprendemos” – linhas 5 e 8; “precisamos” – linha 9; “somos” – linha 11; “estamos” – linha 16; “vamos” – linha 18), a fim de marcar intersubjetivamente seu texto. Ao usar essas formas verbais, o candidato dá, pois, relevo à intersubjetividade, visto que marca, explicitamente, sua presença e a do outro em seu texto. O pronome pessoal reto “nós” (linha 9), também tem como referentes o próprio locutor, o leitor e as pessoas em geral, sendo genérico esse referente.

No terceiro parágrafo do texto, mais especificamente na linha 12, o locutor apresenta um uso subvertido do “você”. Fiorin (2002), ao tratar dessa possibilidade de subversão do pronome, acena para o relevante papel da sintagmatização na produção de sentidos. Esse pronome tem, no domínio semiótico, a função de representar a segunda pessoa do discurso,

isto é, remete ao interlocutor. Desse modo, Catherine Kerbrat-Orecchioni (1999) discorda da afirmação de Benveniste de que os dêiticos são formas vazias, uma vez que eles podem não possuir autonomia referencial, mas remetem, certamente, a um conceito. A fim de ratificar esse posicionamento, Mello (2012, p.53) afirma que “os dêiticos tem um sentido: *eu* e *tu*, por exemplo, carregam a noção de actantes do processo de enunciação, assim como *aqui* e *agora* designam o lugar e o tempo em que se encontra o locutor”. Assim, na redação analisada, o pronome “você” adquire um sentido específico, designando as pessoas em geral, incluindo o locutor e o alocutário. Em outras palavras, o “você”, dentro dessa instância enunciativa, assume o sentido que comumente se atribui ao “nós”. Observamos também o uso subvertido do pronome oblíquo “lhe” (linha 13), em que ele faz referência genérica, denotando todas as pessoas, inclusive o enunciador e o interlocutor. Da mesma forma, o pronome possessivo “suas”, que remete ao “você” instalado no texto, também remete a um referente genérico.

O pronome oblíquo “nos” (linha 17) também possui um referente genérico. Podemos afirmar que, através dessas marcas mencionadas acima, seja com o uso dos verbos em primeira pessoa do plural, seja com uso subvertido do pronome “você”, ou com o uso do pronome oblíquo “nos”, ou ainda com o emprego do pronome pessoal “nós”, o locutor busca uma “cumplicidade” com o interlocutor, atribuindo a si próprio e aos outros a responsabilidade pela instantaneidade e superficialidade dos relacionamentos. É interessante perceber que, através dessas marcas, ele não se exime, já que a todo o momento, coloca a si próprio e as demais pessoas como diretamente responsáveis pelo desapego que caracteriza os relacionamentos da modernidade. Ao empregar a 1ª pessoa do plural, o locutor dá relevo à intersubjetividade, evidenciando o grau de presença que o *eu* atribui ao *tu* em seu discurso.

Os advérbios “infelizmente” (linha 1) e “talvez” (linhas 13 e 15) constituem, também, indicadores de subjetividade. O advérbio “infelizmente” é uma palavra marcadora de subjetividade, visto que expressa claramente a postura do enunciador frente ao que diz. É um modalizador por meio do qual o enunciador emite um julgamento ou verbaliza um sentimento: por meio dele, manifesta explicitamente seu estado emotivo diante do fato de coisas e pessoas, na visão dele, serem instantâneas e descartáveis na época atual. Já o advérbio “talvez” (linhas 13 e 15), que também é um modalizador, relativiza o valor epistêmico da asseveração, uma vez que o locutor não situa suas afirmações no eixo da certeza, mas sim no terreno da dúvida, da incerteza. Na primeira ocorrência, ele não afirma categoricamente que os relacionamentos amorosos dão o retorno esperado. O vestibulando apresenta um meio (abrir mão de certas coisas) e um fim não categórico (receber o retorno

esperado). Na segunda ocorrência, o locutor deixa uma margem de dúvida em relação à afirmação de que a pessoa com quem nos relacionamos não esteja à altura de satisfazer nossas necessidades.

Outra marca linguística que constitui indicador da presença do homem na língua é o emprego da locução verbal “terá que abrir mão [...]” (linha 12). Essa locução também modaliza a afirmação, situando no eixo do obrigatório a ação de abrir mão de certas coisas quando se está em um relacionamento sério. Em outras palavras, o autor do texto enxerga como um dever das pessoas em geral a ação de abrir mão de algumas coisas para ter a possibilidade de alcançar o retorno esperado nos relacionamentos. O verbo auxiliar “precisa” (linha 12) é também um modalizador que exprime necessidade: através dele, o locutor põe a dedicação nos relacionamentos amorosos no eixo da necessidade, isto é, na ótica dele, constitui um imperativo que os indivíduos em geral se dediquem quando estão envolvidos em algum relacionamento amoroso.

O operador argumentativo “na verdade” (linha 3) designa também um índice de subjetividade, por meio do qual o locutor apresenta uma versão que considera “verdadeira”, ou seja, definitiva. Segundo o enunciador, não bastasse coisas e pessoas serem consideradas instantâneas e descartáveis na atualidade (1º argumento), muitos dos relacionamentos começam com prazo de validade marcado (2º argumento e mais forte). Ou seja, a força argumentativa maior reside na afirmação introduzida por esse operador, tida como o argumento que deve ser considerado em maior grau pelo interlocutor.

No que tange às marcas de temporalidade no texto, constata-se que o locutor utiliza predominantemente o presente do indicativo, tempo gramatical que indica a concomitância dos fatos descritos com a situação de discurso que os descreve. Isso se explica pelo fato de que o *eu* apresenta o mundo sob sua ótica, descrevendo fatos que ocorrem na contemporaneidade. A grande maioria dos verbos está empregada no presente do indicativo, uma vez que o locutor fala sobre fatos atuais (superficialidade dos relacionamentos). Observa-se, no texto, que, mesmo quando o vestibulando enuncia sobre fatos do mundo, fala desses fatos a partir de sua perspectiva. Pode-se afirmar que os fatos são (inter)subjetivados, visto estarem sempre sob a dependência do *eu* que correfere com o *tu* para que sejam enunciados. O uso recorrente de recursos linguísticos que indicam simultaneidade com o momento da enunciação, como o advérbio “atualmente” (linha 1) e os verbos usados no presente do indicativo parece ter relação com o modo de organização discursiva predominante no texto,

pois o enunciador defende uma tese acerca do mundo em que vive e visa a partilhar com seu interlocutor esse posicionamento.

O futuro do presente (“virá” – linha 9; “terá” – linha 12 e “vamos encontrar” – linha 18) também constitui uma marca de modalização asseverativa. Parece-nos que esse tempo verbal, embora comumente expresse uma prospecção, isto é, projete fatos em momento posterior à enunciação, tidos como certos, no texto, podem também indicar concomitância com o momento da enunciação. Vejamos os exemplos:

“[...] e nós não precisamos nos apegar a elas [as coisas], pois algo melhor sempre **virá** para substituir algo velho” (linhas 9-10).

“Num relacionamento você precisa se dedicar, e algumas vezes você **terá** que abrir mão de certas coisas [...]” (linhas 11-12).

“E quando esse prazer de brincar com esse brinquedo passar, **vamos encontrar** outro brinquedo até enjoar.” (linhas 17-18).

Os três usos de futuro do presente parecem indicar realidades que já vivenciamos no tempo presente: a substituição de algo velho por algo novo, a necessidade de abrir mão de certas coisas para manter um relacionamento e a substituição do brinquedo com o qual não temos mais prazer de brincar por um brinquedo novo.

Cabe destacar o emprego de três adjetivos, que marcam a presença do locutor no seu discurso: “simples” (linha 5), “melhor” (linha 9) e “complicado” (linha 11). O adjetivo “simples”, ligado ao substantivo “exemplo”, expressa um valor semântico de avaliação: através dele, o locutor enuncia que, sob seu ponto de vista, aprendemos a tratar as pessoas como descartáveis a partir da simplicidade de um exemplo: “desde crianças aprendemos a jogar fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos” (linhas 5-6).

O adjetivo “melhor” também expressa um valor semântico de avaliação: por meio dele, o locutor explicita uma comparação por superioridade, enunciando que, sob seu prisma, sempre algo de mais valor substituirá algo de menor valor (uma das causas, segundo o locutor, da instantaneidade dos relacionamentos modernos).

Empregando o adjetivo “complicado”, o locutor exprime uma avaliação a respeito do fato de ter um namorado/a, ou seja, na visão do *eu*, estar em um relacionamento amoroso não é das tarefas mais fáceis. É pertinente colocar, também, que não havia necessidade de esse adjetivo acompanhar o pronome indefinido substantivo “algo” (linha 11). Era possível simplesmente dizer que “ter um namorado é complicado”, porém isso acarretaria mudança de sentido, já que com o uso do pronome junto ao adjetivo, o locutor parece querer intensificar a

complicação que implica ter um(a) namorado/a. O pronome “algo”, que tem valor potencial ou virtual de indefinição, parece possuir, nessa instância discursiva, matiz semântico de intensificação: a dimensão da complicação parece maior com o acréscimo do pronome.

Outra marca linguística que não podemos deixar passar despercebida é a expressão “pequenos detalhes” (linha 7). Notamos que, se contemplada fora de contexto, essa expressão indica menor relevância, ou seja, algo que não interfere significativamente numa situação ou estado de coisas. Porém, o arranjo sintagmático promovido pelo locutor (“E são com pequenos detalhes como esse, que aprendemos a ter desapego por coisas [...]” (linhas 7-8) indica que “esses detalhes” (“desde crianças aprendemos a jogar fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos. Porém, ninguém ensina à criança uma nova maneira de brincar com aquele brinquedo velho” – linhas 5-7) não são insignificantes. Eles constituem a causa de termos desapego pelas coisas. E, ligada a essa ideia, o locutor acrescenta, por meio do advérbio “consequentemente” (linha 8), uma consequência: ter desapego por coisas (causa) → ter desapego por pessoas (consequência).

Entre os fatos e ideias expressos no texto, predomina, sem dúvida nenhuma, a relação de causalidade, por meio da qual o autor sustenta sua tese: a maioria dos relacionamentos modernos são baseados na superficialidade e instantaneidade. Cabe destacar que a conjunção “pois” (linha 8, 9, 11 e 13) é empregada repetidas vezes, ao longo do texto, a fim de marcar explicitamente a relação de causalidade. Na linha 8, o conectivo “pois” introduz a causa (“aprendemos que as coisas possuem vencimento, e nós não precisamos nos apegar a ela” - linhas 8-9), e a consequência aparece anteposta (“aprendemos a ter desapego por coisas e, consequentemente, por pessoas” – linha 8). Na linha 9, tal conjunção introduz novamente a causa (“algo melhor sempre virá para substituir algo velho” – linhas 9-10), estando a consequência anteposta (“aprendemos que as coisas possuem vencimento, e nós não precisamos nos apegar a ela” – linhas 8-9). Na linha 11, temos outra relação de causalidade expressa pela conjunção “pois”: causa (“exige esse apego que não somos habituados” – linha 11) e consequência (“ter um namorado é algo complicado” – linha 11). O efeito de sentido não seria o mesmo se a causa viesse antes da consequência: “uma vez que exige esse apego que não somos habituados, ter um namorado é algo complicado”. Notamos que, ao longo do seu discurso, o locutor prefere, na maioria das vezes, trazer antes a consequência para depois colocar a causa, conferindo maior destaque e importância à primeira. Na linha 13, há a última relação de causalidade marcada pelo “pois”: causa (“a maioria das pessoas não estão dispostas a sair da sua zona de conforto; e aprender maneiras de como lidar e conviver com alguém que

talvez não esteja a altura de satisfazer suas necessidades num relacionamento” – linhas 13-15) e consequência (“o problema é esse ‘talvez’” – linha 13).

Com a finalidade de expressar as demais relações de causalidade presentes no texto, o locutor subverte a regularidade, isto é, faz uso de conectivos não prototípicos ou recorre a mecanismos linguísticos não comuns. No início do texto, com a presença do articulador “por esta razão” (linha 2), é apontada a causa – “atualmente vivemos em uma época onde, infelizmente, coisas e pessoas são instantâneas e descartáveis” (linhas 1-2) – para a qual é expressa a consequência – “a maioria dos relacionamentos são baseados na superficialidade e instantaneidade” (linhas 2-3). No segundo parágrafo do texto, o locutor introduz a causa por meio da conjunção “e”, que encabeça o enunciado independente (separado por ponto), o que confere um relevo a essa causa:

- (1) “e são com pequenos detalhes como esse [“desde crianças aprendemos a jogar fora os brinquedos velhos e a brincar com os novos”]” (linha 7) - causa de (2);
- (2) “que aprendemos a ter desapego por coisas e, conseqüentemente, por pessoas” (linhas 7-8)- consequência de (1).

O último parágrafo, introduzido por um conectivo de causalidade (“por isso” - (linha 16), expressa a asserção de chegada do locutor, em que ele apresenta a consequência última de todo o estado de coisas explicitado anteriormente: a instantaneidade dos relacionamentos.

O ato de enunciação, que pressupõe sintagmatização e semantização, é o que confere sentido aos elementos linguísticos presentes no texto. O sentido de qualquer outro elemento do texto estará sempre submetido à subjetividade daquele que enuncia. As relações de causalidade mostradas no texto podem ser percebidas no mundo factual, porém a referência não remete diretamente a esse mundo, visto estar submetida à enunciação: a versão do mundo dos fatos emana do locutor, portanto não é dos fatos em si que se fala, mas sim já dos fatos “filtrados” pelo vestibulando.

#### **4 Conclusão**

O objetivo do presente estudo foi apresentar os resultados obtidos na TCC, defendido por mim em 2011. Como afirmei no início deste texto, não quis aqui somente reproduzir tudo que havia escrito lá, uma vez que hoje minhas condições de leitura acerca da teoria esboçada por Benveniste são outras. A única reprodução feita foi a análise do texto “Meros brinquedos”.

De tudo que apresentei aqui, talvez o mais importante seja compreender que é o ato de enunciação que confere sentido ao texto em uma dada situação enunciativa. A análise que fizemos ilustra bem isso, uma vez que vimos que só é possível estudar enunciativamente um texto, colocando o locutor em uma relação intersubjetiva com o outro, na qual ambos se constituem e são constituídos na/pela linguagem. Assim como a língua, na ótica de Benveniste, só passa a existir de fato depois que se converte em discurso, o homem só se constitui como sujeito na/pela enunciação. Eis aí a inovação que Benveniste promoveu aos estudos linguísticos: supor língua e locutor-sujeito dependentes um do outro para existirem.

Creio que a reprodução da análise dessa redação evidenciou que o processo de significação está submetido ao ato de enunciar, e estando na dependência desse ato, se relaciona de forma direta com a questão da subjetividade. Dessa forma, no TCC, cujo foco central foi a análise dos rastros da intersubjetividade na redação de vestibular, foi possível perceber que o sentido resulta da relação que o locutor estabelece com o outro e com o mundo via esse fenômeno tão banal: a enunciação.

Foi pensando no homem na língua que vimos aparecer, na teoria de Benveniste, um locutor subjetivizado na e pela linguagem, deixando suas marcas no que nos é mais cotidiano: no diálogo.

## Referências

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/site2007/\\_pdf/20/artigos/revel\\_16\\_os\\_indices\\_especificos.pdf](http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/20/artigos/revel_16_os_indices_especificos.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AZEVEDO, Tânis Maris de; ROWELL, Vania Moralles. A Língua Portuguesa como instrumento de aquisição de conhecimentos no ensino fundamental: alguma reflexões. In: SILVA, Carmem Luci da Costa et al. (Orgs.). **Teorias do discurso e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

\_\_\_\_\_. Os níveis da análise linguística. In: **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005c.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.

\_\_\_\_\_. Forma e sentido na linguagem. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b.

\_\_\_\_\_. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006c.

\_\_\_\_\_. Semiologia da língua. In: **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006d.

BRAIT, Beth. **Enunciação e intersubjetividade**. 2007. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r33/revista33\\_4.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_4.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2011.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

FLORES, Valdir do Nascimento. **A enunciação e os níveis da análise linguística**. PUC, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/ValdirdoNascimentoFlores.pdf>>. Acesso em: 7 jun.2011.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela (Orgs). **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. Pelotas: EDUCAT, 2010. v. 1, p. 45-57, 2010.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.

LICHTENBERG, Sonia. **Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa**. 145f. 2001. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, 2001.

\_\_\_\_\_. Para o estudo da sintaxe da enunciação. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p.186-196, dez. 2004.

MELLO, Vera Helene Dentee de. **A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto**. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

NORMAND, Claudine. FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, Aya. **La notion d'enonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

SCHORN, Remi. Sentido e referência na semântica de Frege. **Humanidades em revista**, ano 6, n. 8, 2009. Disponível em: <[www1.unijui.edu.br/Portal/Modulos/revistas/?.../...PLS](http://www1.unijui.edu.br/Portal/Modulos/revistas/?.../...PLS)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS. **Redação geral 2011/2**. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/vestibular/images/stories/redacao\\_geral\\_2011\\_2.pdf](http://www.unisinos.br/vestibular/images/stories/redacao_geral_2011_2.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.